

Ao Banco Central do Brasil,

Referente: CARTA DE APRESENTAÇÃO

A **INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **35.340.796/0001-06**, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações financeiras para o **exercício** findo em **31 de dezembro de 2024**, e os esclarecimentos requeridos conforme disposto na Instrução Normativa BCB nº 236, de 17 de fevereiro de 2022.

1. Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanço Patrimonial;
- Demonstração do Resultado;
- Demonstração do Resultado Abrangente;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

2. Por fim cumpre salientar que a alta administração da **INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção.

Atenciosamente,

BRUNO DILLY PATRUS
Diretor de Contabilidade

MARIO IVAN DOS SANTOS
Contador CRC-1SP176.011/O-3

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da **INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A.**, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

O **lucro** do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de **R\$ 453 mil**.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a **Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A.** mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 31 de dezembro de 2024, os limites operacionais da **Sociedade de Empréstimo entre Pessoas S.A.** apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

A DIRETORIA



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ilmos. Senhores - Diretores e Acionistas da
INCO SOCIEDADE DE EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS S.A.
São Paulo SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **INCO SOCIEDADE DE EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **INCO SOCIEDADE DE EMPRESTIMO ENTRE PESSOAS S.A.** em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à “Sociedade”, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da “Sociedade” é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da “Sociedade” é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a “Sociedade” continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a “Sociedade” ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da “Sociedade” são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da “Sociedade”.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da “Sociedade”. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a “Sociedade” não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais de deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2025.

VENEZIANI AUDITORES INDEPENDENTES
CRC 2SP013744/O-1

SIDNEY REY VENEZIANI
CONTADOR CRC 1SP061028/O-1

VALDECIR DE OLIVEIRA
CONTADOR CRC 1SP174801/O-1

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.

(anteriormente denominada QI SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.)

CNPJ(MF) 35.340.796/0001-06

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

A T I V O	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		3.663	5.126
DISPONIBILIDADES	4	420	3.670
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		3.218	1.248
Títulos e valores mobiliários	5	3.214	1.248
Rendas a receber		4	-
OUTROS ATIVOS		25	208
Outros créditos - Diversos	6	25	208
TOTAL DO ATIVO		3.663	5.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.**(anteriormente denominada QI SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.)**

CNPJ(MF) 35.340.796/0001-06

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

PASSIVO	NE	31/12/24	31/12/23
CIRCULANTE		541	3.979
OUTROS PASSIVOS		541	3.979
Cobrança, arrec. tributos e assemelhado		-	23
Sociais e estatutárias	7	150	42
Fiscais e previdenciárias	8	98	17
Diversas	9	293	3.897
NÃO CIRCULANTE		30	-
PROVISÕES		30	-
Diversas - Passivos contingentes		30	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.092	1.147
Capital:	10.1	3.000	1.000
De Domiciliados no país		3.000	1.000
Reservas de lucros	10.2	92	147
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		3.663	5.126

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.

CNPJ(MF) 35.340.796/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	NE	2º-SEM-24	2024	2023
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		84	148	127
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		84	148	127
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		84	148	127
OUTRAS RECEITAS/ DESPESAS OPERACIONAIS		219	518	18
Receitas de prestação de serviços	11	633	1.296	1.587
Despesas de pessoal		(90)	(178)	(178)
Outras despesas administrativas		(203)	(395)	(1.154)
Despesas tributárias		(98)	(215)	(236)
Provisão (Reversão) de provisões operacionais		(30)	(30)	-
Outras receitas operacionais		7	40	2
Outras despesas operacionais		-	-	(3)
RESULTADO OPERACIONAL		303	666	145
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	12	303	666	145
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(101)	(213)	(35)
Provisão para imposto de renda		(71)	(150)	(22)
Provisão para contribuição Social		(30)	(63)	(13)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		202	453	110
Nº de ações		1.000.000	1.000.000	1.000.000
Lucro/(Prejuízo) por ação.....R\$		0,20	0,45	0,110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.

CNPJ(MF) 35.340.796/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	2024	2023
RESULTADO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	202	453	110
RESULTADO ABRANGENTE	-	-	-
Ajustes que serão transferidos para resultados:	-	-	-
Ajuste TVM	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	202	453	110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.

CNPJ(MF) 35.340.796/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Semestre de 01/07/24 a 31/12/24					
SALDOS NO INÍCIO DO SEMESTRE EM 01/07/24	1.000	11	136	251	1.398
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre	-	-	-	202	202
Destinações:	-	12	(67)	(453)	(508)
Dividendos propostos	-	-	-	(508)	(508)
Reserva Legal/Estatutária	-	12	-	(12)	-
Reserva especial de lucros	-	-	(67)	67	-
SALDOS NO FIM DO SEMESTRE EM 31/12/24	3.000	23	69	-	3.092
MUTAÇÕES DO SEMESTRE:	2.000	12	(67)	(251)	1.694
Exercício de 01/01/24 a 31/12/24					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/24	1.000	11	136	-	1.147
Aumento de capital	2.000	-	-	-	2.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	453	453
Destinações:	-	12	(67)	(453)	(508)
Dividendos propostos	-	-	-	(508)	(508)
Reserva Legal/Estatutária	-	12	-	(12)	-
Reserva especial de lucros	-	-	(67)	67	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/24	3.000	23	69	-	3.092
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	2.000	12	(67)	-	1.945
Exercício de 01/01/23 a 31/12/23					
	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESPECIAIS DE LUCROS	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO EM 01/01/23	1.000	5	58	-	1.063
Prejuízo do exercício	-	-	-	110	110
Destinações:	-	6	78	(110)	(26)
Dividendos propostos	-	-	-	(26)	(26)
Reserva Legal/Estatutária	-	6	-	(6)	-
Absorção de prejuízos com reservas	-	-	78	(78)	-
SALDOS NO FIM DO EXERCÍCIO EM 31/12/23	1.000	11	136	-	1.147
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO:	-	6	78	-	84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S/A.

CNPJ(MF) 35.340.796/0001-06

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Valores em R\$ 1.000

	2º-SEM-24	31/12/24	31/12/23
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido/ (prejuízo) do semestre e exercício	202	453	110
Provisão (reversão) de provisões para passivos contingentes	30	30	-
Provisão de impostos no resultado	101	213	35
	333	696	145
Varição de Ativos e Obrigações			
(Aumento) redução em instrumentos financeiros ativos	(2.109)	(5.546)	3.435
(Aumento) redução de outros ativos	(2.115)	(1.970)	(213)
Aumento (redução) em outros passivos	138	209	9
Imposto de renda e contribuição social pagos	(41)	(3.625)	3.859
	(91)	(160)	(220)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	(1.776)	(4.850)	3.580
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimento pela integralização de capital	2.000	2.000	-
Pagamento de juros de capital próprio	-	-	(48)
Dividendos/Lucros pagos	(400)	(400)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.600	1.600	(48)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(176)	(3.250)	3.532
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	596	3.670	138
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	420	420	3.670

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A INCO Sociedade de Empréstimos entre Pessoas S. (“Companhia”) foi constituída em 27 de fevereiro de 2019, autorizado pelo Banco Central do Brasil conforme Ofício 22.043 de 20 de setembro de 2019, publicado em 26 de setembro de 2019, e registrado na Jucesp em 29 de outubro de 2019, com duração por tempo indeterminado. Tem por objeto social praticar (i) a realização de operações de empréstimo e de financiamento entre pessoas exclusivamente por meio de plataforma eletrônica; (ii) análise de crédito para terceiros; (iii) cobrança de crédito de terceiros; (iv) atuação como representante de seguros na distribuição de seguro relacionado com as operações mencionadas item (i) por meio de plataforma eletrônica, nos termos da regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), (v) emissão de moeda eletrônica, nos termos da regulamentação em vigor.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nas práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, Lei no 6.404/76 alterada pela Lei no 11.638/07 e pela Lei no 11.941/09, e de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), quando aplicáveis, em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020.

A elaboração destas informações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 31 de janeiro de 2025.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o Real, a qual também é a moeda de apresentação destas demonstrações financeiras.

b. Apuração de resultado

O regime de apuração do resultado é o de competência.

c. Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para contingências e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e as premissas periodicamente.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, contados da data da aplicação, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Essas aplicações são utilizadas pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

e. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. As contingências são reconhecidas em conformidade com o CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

f. Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), são calculadas: o imposto de renda pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício e a contribuição social pela alíquota de 9%.

g. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades		
Depósitos bancários	420	3.670
Total de caixa e equivalentes de caixa	420	3.670

5 Títulos e valores mobiliários

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os títulos e valores mobiliários estão representados por aplicação em Certificados de Depósitos Bancários – CDB no montante de R\$ 0 (R\$ 332 em 31 de dezembro de 2023) e cotas de fundo de investimento no montante de R\$ 3.214 (R\$ 916 em 31 de dezembro de 2023).

6 Outros ativos – Outros créditos diversos

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições a compensar	25	122
Pagamentos a ressarcir	-	86
Total	25	208

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

7 Outros passivos – Sociais e estatutárias

	31/12/2024	31/12/2023
Dividendos e bonificações a pagar	<u>150</u>	<u>42</u>
Total	<u>150</u>	<u>42</u>

8 Outros passivos - Fiscais e previdenciárias

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos e contribuições sobre lucros		-
Impostos e contribuições a recolher	<u>98</u>	<u>17</u>
Total	<u>98</u>	<u>17</u>

9 Outros passivos – Diversas

	31/12/2024	31/12/2023
Recursos disponibilizados pelos credores	-	3.107
Despesa de pessoal	11	11
Outras despesas administrativas	33	358
Valores a pagar a sociedades ligadas	-	12
Credores diversos - País	<u>249</u>	<u>409</u>
Total	<u>293</u>	<u>3.897</u>

10 Patrimônio líquido

10.1 Capital Social

O capital social de R\$ 3.000 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2023) está representado por 3.000.000 de ações ordinárias (1.000.000 em 31 de dezembro de 2023) todas nominativas, totalmente integralizadas por acionistas no País.

10.2 Destinações do lucro

O estatuto social determina que, do lucro líquido apurado em cada balanço anual, serão destinados:

- a) 5% à constituição de reserva legal até o limite de 20% do capital social;
- b) Pagamento às ações representativas do capital social do dividendo obrigatório de 25%;
- c) O pagamento de dividendo suplementar votado pela Assembleia Geral;
- d) O saldo deverá ter a destinação deliberada pela Assembleia Geral, observadas as disposições legais a esse respeito.

Os saldos de lucros serão destinados no encerramento de exercício social.

INCO SOCIEDADE DE EMPRÉSTIMO ENTRE PESSOAS S.A
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024
E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

11 Receita de prestação de serviço

	2ºSem/24	31/12/2024	31/12/2023
Receitas TAC	316	678	741
Recuperação de crédito	-	8	78
Rendas de cobrança de crédito	55	100	269
Rendas de Fees	262	510	499
Total	633	1.296	1.587

12 Imposto de renda e contribuição social

Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia estava sendo tributada pelo Lucro Real Anual:

Lucro Real Anual	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes da tributação do IRPJ e CSLL	666	145
(-) Exclusões	-	-
(-) Compensação de prejuízo fiscal (a)	-	-
Base do lucro real	-	145
IR 15%	(150)	(22)
Adicional 10%	-	-
CSLL 9%	(63)	(13)
Total do IRPJ e Contr. Social	(213)	(35)

13 Resumo da descrição da estrutura de gerenciamento de riscos

A gestão de riscos e capital é considerada um instrumento essencial para otimizar o uso de recursos e selecionar as melhores oportunidades de negócios, visando a obter a melhor relação Risco x Retorno.

As Sociedades de Empréstimo entre Pessoas – SEP, estão sujeitas a riscos de diferentes tipos e naturezas que são inerentes ao negócio. A fim de identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar esses riscos, a Sociedade deve contar com uma estrutura de Gestão Integrada de Riscos compatível com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos realizados, que está em processo de implementação e visa assegurar a solidez e perenidade da Sociedade. De forma resumida, as estruturas de gerenciamento de riscos devem, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/17, minimizar a ocorrência de risco operacional, risco de mercado, risco de liquidez e fazer o gerenciamento de capital de forma tempestiva, abrangente e compatível com os riscos incorridos de acordo com a natureza e a complexidade dos produtos e dos serviços oferecidos, através de área de Gestão de Riscos, com reportes a alta administração da Sociedade.

14 Contingências

Em 31 de dezembro de 2024, a Empresa possui um montante de R\$ 30 (zero em 2023) referente a dois processos de natureza cível com probabilidade de perda provável.

15 Outros assuntos

Resolução CMN nº 4.966/2021

No segundo exercício de 2021 o BCB promulgou a Resolução nº 4.966/21 do CMN, que trata dos conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, substituição das Resoluções nº 2.682 e 3.533 do CMN, bem como da Circular nº 3.068 do BCB, devendo elaborar, até 31 de dezembro de 2022 o plano para implementação destas alterações.

Conforme plano de implementação elaborado pela administração, a Sociedade não sofrerá impactos relevantes esperados nas suas respectivas demonstrações financeiras. Serão avaliadas as perdas esperadas associada ao risco de crédito (redução no valor recuperável) dos instrumentos financeiros considerando, pelo menos, os seguintes parâmetros: Probabilidade de Default (probabilidade de o instrumento se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito), Perda Dado o Default (expectativa de recuperação)

16 Eventos subsequentes

Após o encerramento do exercício de dezembro de 2024 não houve eventos subsequentes relevantes até o encerramento destas demonstrações financeiras.